
Bankinter Gestão de Ativos, S.A.
Relatório e Contas

31 de dezembro de 2017

Bankinter Gestão de Ativos, SA

Relatório e contas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

- ° Relatório de gestão
- ° Demonstração dos resultados e outro rendimento integral
- ° Balanço
- ° Demonstração de alterações no capital próprio
- ° Demonstração dos fluxos de caixa
- ° Notas explicativas às demonstrações financeiras
- ° Certificação legal das contas
- ° Relatório e parecer do fiscal único

Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Introdução

A Bankinter Gestão de Ativos, S.A. ("BKGA") integra o Grupo Bankinter sendo o seu capital social detido a 100% pelo Bankinter S.A. ("Bankinter").

O Bankinter iniciou atividade em junho de 1965 como um banco industrial, resultado de uma associação entre o Banco Santander e o Bank of America, cada um com 50%. Em 1972, passou a ser cotado na Bolsa de Madrid, tornando-se num banco comercial completamente independente.

Em cerca de meio século converteu-se numa referência em inovação e desenvolvimento tecnológico, abrindo caminho a uma banca mais eficaz e mais acessível aos seus clientes. O Bankinter foi pioneiro na introdução dos sistemas de banca à distância - por telefone, internet ou canal móvel - e continua a apostar fortemente numa estratégia multicanal de aproximação ao cliente.

O Bankinter é reconhecido no mercado espanhol como uma das entidades financeiras cotadas mais solventes e rentáveis. O resultado líquido do Grupo terminou 2017 nos 495,2 milhões de euros, mais 1% que em 2016 e os resultados antes de impostos nos 677,1 milhões de euros, valor similar ao ano anterior. Estes resultados significam que o Banco foi capaz de compensar de forma orgânica, com a atividade regular com os seus Clientes, os resultados de 2016 que incluíam resultados extraordinários contabilizados devido à operação de compra do Barclays em Portugal. (Fonte: <https://saladeimprensa.bankinter.pt/detalle/-/prensa/76837>)

Mais uma vez, o Bankinter conclui 2017 na posição de liderança em termos de rentabilidade, com um ROE, ou rentabilidade sobre o capital investido, de 12,6%, a mais elevada entre os Bancos cotados de Espanha. (Fonte: <https://saladeimprensa.bankinter.pt/detalle/-/prensa/76837>)

No que se refere à solvência, o Bankinter conclui dezembro com um rácio de capital CET1 *fully loaded* de 11,46%, e de 11,83% em CET1 *phased-in*, 6 pontos base mais que em 2016 e muito acima das exigências do BCE aplicáveis em 2018 para o Bankinter, que se situam nos 7,125%, as mais baixas da banca espanhola. (Fonte: <https://saladeimprensa.bankinter.pt/detalle/-/prensa/76837>)

Em termos de organização interna, a BKGA apresenta uma estrutura adequada à sua dimensão e natureza da atividade, sendo que, em 2017, apenas tinha incluído no seu objeto social, a atividade de gestão e administração de Organismos de Investimento Coletivo.

A BKGA tem neste momento, uma oferta composta por cinco Fundos de Poupança Reforma com diferentes classes, perfis e estratégias de investimento.

No que toca ao enquadramento de mercado, o ano de 2017 ficou marcado pela reduzida volatilidade registada nos mercados mundiais e pelos correspondentes desempenhos positivos em quase todas as classes de ativos, apesar do contexto de taxas de juros historicamente baixas nos principais blocos económicos.

A Reserva Federal Norte Americana (FED) subiu as taxas mais do que o esperado, mantendo-as, no entanto, em território expansionista uma vez que a inflação se manteve contida. A robustez do mercado de trabalho norte americano intensificou-se ao longo de 2017, o que naturalmente permitiu a melhoria dos principais indicadores de confiança, de atividade económica e do sector imobiliário, mantendo-se todos em sintonia com a expectativa de melhoria do enquadramento macroeconómico dos EUA.



A Zona Euro consolidou o ciclo de recuperação económica, com todos os estados membros a registarem crescimento e descidas assinaláveis das respetivas taxas de desemprego. A inflação estabilizou, refletindo

o contexto mais construtivo do mercado de matérias primas e a aceleração do ritmo económico. Registaram-se ao longo de 2017 vários recordes da ultima década no que diz respeito a indicadores avançados e de atividade global, o que não teria sido possível sem o programa de medidas não convencionais do Banco Central Europeu (BCE), que "forçou" o sistema financeiro a financiar em condições muito favoráveis a economia real e, consequentemente, o consumo agregado.

O volume de ativos sobre gestão da BKGA registou um acréscimo significativo de 157%, em termos percentuais, no ano de 2017 face a 2016, no âmbito da estratégia de relançamento da oferta local de fundos perfilados, em formato PPR, como principal veículo de alocação de ativos financeiros para os clientes do Bankinter S.A., Sucursal em Portugal.

Os 5 Organismos de Investimento Coletivo geridos pela BKGA no final de 2017 - **Bankinter Rendimento PPR, Bankinter Obrigações PPR, Bankinter 20 PPR, Bankinter 35 PPR e Bankinter Ações 55 PPR** são Fundos de Poupança Reforma de acordo com a tipologia da CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários).

Principais desenvolvimentos ocorridos em 2017

Com a compra da Sociedade por parte do novo acionista Bankinter, tem-se observado e concretizado uma alteração significativa da estratégia de desenvolvimento de negócio da Sociedade, que se iniciou em 2016 e prosseguiu durante o ano de 2017, com a assunção por parte da BKGA de todas as atividades de Gestão de Ativos do grupo Bankinter em Portugal, à semelhança da estratégia seguida pelo Grupo Bankinter em Espanha. Nesse sentido promoveu-se, em 2017, o pedido de extensão do objeto social da Sociedade com vista a incluir a atividade de gestão de carteiras, pedido esse que foi deferido no passado dia 04 de janeiro de 2018.

Também em meados de 2017, foi a Sociedade confirmada, mediante autorização da CMVM, como Gestora de Organismos de Investimento Mobiliários Alternativos.

Em termos de oferta, prosseguimos com o processo de renovação da oferta existente de fundos perfilados PPR, do ponto de vista de comissionamento e denominação dos fundos, em paralelo com a criação de classes e do novo Fundo Bankinter Rendimento PPR.

Fruto do relançamento da oferta da BKGA, promoveram-se várias ações de formação junto do banco comercializador durante o 3º e 4º trimestre de 2017, com intuito de dotar a sua rede comercial da informação sobre os produtos em causa, fundamental para a comercialização dos mesmos junto de potenciais investidores, de acordo com as melhores práticas.

Do ponto de vista regulatório, a sociedade tem acompanhado a atividade intensa dos reguladores comunitários e resposta aos nossos deveres de reporte, como foi o caso da instrução nº 8 da CMVM. De referir, por exemplo, a Diretiva dos Mercados e Instrumentos Financeiros (DMIF), cuja transposição ainda não foi efetuada em Portugal, PRIIPs e Nova lei de BCFT.

O capital social da BKGA encontrava-se investido no final de 2017 num Depósito a Prazo, à taxa de 0,17% junto do Bankinter S.A., Sucursal em Portugal, constituído em julho de 2017 e com vencimento em janeiro de 2018.

As atividades de depositário e de comercialização são asseguradas pelo Bankinter S.A., Sucursal em Portugal.

Análise da Atividade e das Demonstrações Financeiras

No final de 2017, o volume total dos fundos sob gestão da Bankinter Gestão de Ativos, S.A. ascendia a cerca de 103,5 milhões de euros, superior em 157% ao obtido em 2016 em resultado da alteração significativa da estratégia de desenvolvimento de negócio que a gestora prosseguiu em conjunto com o Banco.

Do ponto de vista financeiro e no que se refere à evolução das principais rubricas das demonstrações financeiras apresentadas em anexo ao presente relatório, destacam-se as seguintes referências:

- No que respeita à margem financeira, o valor ascendeu a 3801 euros, refletindo um decréscimo de cerca de 32% face ao valor alcançado em 2016, resultante da descida da taxa de remuneração das aplicações financeiras de curto prazo em EUR, nomeadamente dos depósitos a prazo.
- Relativamente às comissões auferidas, as comissões de gestão líquidas das comissões de comercialização cobradas em 2017 ascenderam a 495.171 euros. Este montante representou um acréscimo de cerca de 190% face ao valor obtido no ano anterior (170.780 euros), resultante do efeito conjugado do:
 - Crescimento muito significativo dos volumes sob gestão, por comparação a 2016, fruto do esforço de dinamização comercial dos fundos PPR junto da rede do comercializador e de um desempenho muito positivo da generalidade dos mercados financeiros
 - Lançamento de novo fundo PPR e de novas classes da gama de fundos existente, tendo como principal objetivo servir os interesses de clientes de Banca Privada
- O resultado líquido auferido correspondeu a um valor de 148 356 euros, o que comparado com 2016 (4 912 euros) representa um aumento de 2920%, fruto das razões acima mencionadas.

As demonstrações financeiras da Bankinter Gestão de Ativos, S.A. relativas ao ano de 2017 foram aprovadas conforme deliberado no Conselho de Administração de 25 de janeiro de 2018.

Proposta de Distribuição de Resultados:

O Conselho de Administração submete à Assembleia Geral, para efeitos do disposto no artigo 21º dos Estatutos da Sociedade e do artigo 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a seguinte proposta de aplicação de resultados líquidos no montante de 148 356 euros:

- Reserva Legal: 14 836 euros
- Resultados Transitados: 133 520 euros

Gestão dos Riscos Financeiros

A atividade da sociedade, dada a sua natureza, encontra-se pouco exposta aos riscos de preço, de crédito, de liquidez e de fluxos de caixa. Quanto ao risco de preço ou de mercado, raramente é aplicável, estando limitada a nível dos investimentos financeiros que efetua, pela própria legislação em vigor, assim como pela respetiva composição do balanço. O risco de crédito é apenas aplicável às respetivas aplicações financeiras detidas, que no final do ano consistiam em depósitos junto do Bankinter S.A., Sucursal em

Portugal. Relativamente ao risco de liquidez, a Sociedade assume uma posição prudente e conservadora, para além das obrigações de solvabilidade a que se encontra sujeita por força da regulamentação.

Finalmente e, no que se refere ao risco de fluxos de caixa, este é bastante atenuado atendendo aos níveis confortáveis de disponibilidades que a sociedade mantém em balanço para fazer face às responsabilidades que detém. A gestão dos Riscos Financeiros encontra-se mais detalhada na nota 4 das notas explicativas às demonstrações financeiras.

Perspetivas para 2018

Ao longo de 2018, dar-se-á seguimento à estratégia de negócio delineada e já implementada em 2017, indissociavelmente ligada ao plano de negócios do Bankinter S.A., Sucursal em Portugal, e que visa tornar a BKGA na entidade de referência no que diz respeito às atividades de Gestão de Ativos do Grupo Bankinter em Portugal.

Mais concretamente, perspectiva-se:

- a dinamização da atividade de gestão de carteiras por conta de outrem, permitindo a captação de negócio junto de clientes institucionais, quer na esfera do Grupo, quer fora dela;
- o eventual complemento da atual oferta de fundos de investimento, em função das condições de mercado e de eventuais alterações regulatórias ao Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo; e
- a manutenção das ações de formação e dinamização da oferta de fundos da sociedade junto das estruturas de Marketing do comercializador, visando a sua promoção junto de potenciais investidores de acordo com as melhores práticas do mercado.

Do ponto de vista regulatório, continuaremos a acompanhar e a adaptar a nossa atividade à intensa atividade legislativa.

Do ponto de vista governativo e já no princípio do ano de 2018, foi autorizada, por parte da CMVM, a extensão do objeto social da Bankinter Gestão de Ativos que passou a incluir também a atividade de gestão de carteiras por conta de outrem.

De referir igualmente, que 2018 é um ano eletivo e que além de procedermos à eleição dos membros para os órgãos sociais e para o mandato 2018-2021, concretizaremos a alteração da estrutura fiscal, dando assim cumprimento ao disposto na Lei 148/2015 de 9 de setembro. Dessa forma, irá optar esta Sociedade por uma estrutura de fiscalização composta por Comissão de Auditoria e ROC.

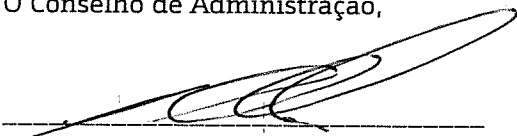
Nota Final

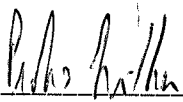
Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento à Mesa da Assembleia-geral, ao Fiscal Único e ao Banco Depositário pelo relevante contributo prestado à atividade da Sociedade no decorrer do ano.

Adicionalmente, agradece aos colaboradores da Bankinter Gestão de Ativos, S.A., pelo empenho e dedicação revelados, com vista à prestação de um serviço de excelência aos subscritores dos Fundos.

Lisboa, 25 de janeiro de 2018

O Conselho de Administração,


José Miguel Calheiros
Bankinter Gestão de Ativos, SA.


Pedro Ervilha
Bankinter Gestão de Ativos, SA.

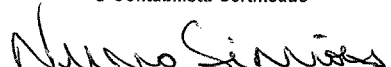
BANKINTER GESTÃO DE ATIVOS, S.A.
Praça Marquês de Pombal 13, 1º, 1250-162 Lisboa
Matricula na C.R.C Lisboa sob o nº 1.528
Pessoa colectiva 502 393 610
Capital Social 1.745.800 EUROS

Balanço em 31 de dezembro de 2017

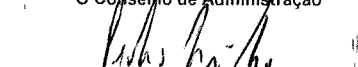
(Valores expressos em euros)

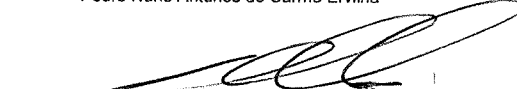
		31-dez-17		31-dez-16	
	Notas	Activo Bruto	Impandade e Amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido
Activo					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	664.046	-	664.046	109.313
Aplicações em instituições de crédito	15	1.501.176	-	1.501.176	1.752.698
Activos por impostos correntes	13	2.971	-	2.971	1.522
Activos por impostos diferidos	13	56.842	-	56.842	87.571
Outros activos	16	118.816	-	118.816	41.174
Total de Activo		2.343.851	-	2.343.851	1.992.278
Passivo					
Passivos por impostos correntes	13			15.218	-
Outros passivos	17			216.129	28.130
Total de Passivo				231.347	28.130
Capital Próprio					
Capital	18			1.745.800	1.745.800
Outras reservas e resultados transitados	19			218.348	213.436
Resultado do exercício				148.356	4.912
Total do Capital Próprio				2.112.504	1.964.148
Total de Passivo e Capital Próprio				2.343.851	1.992.278

O Contabilista Certificado


Nuno Filipe Caldeiras Simões

O Conselho de Administração


Pedro Nuno Antunes do Carmo Ervilha


José Miguel Garcia de Gusmão Calheiros

BANKINTER GESTÃO DE ATIVOS, S.A.
Praça Marquês de Pombal 13, 1º, 1250-162 Lisboa
Matricula na C.R.C Lisboa sob o nº 1.528
Pessoa colectiva 502 393 610
Capital Social 1.745.800 EUROS

Demonstração dos resultados e outro rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

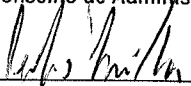
	Notas	2017	2016
Juros e rendimentos similares	7	3.801	5.560
Margem financeira		3.801	5.560
Rendimentos de serviços e comissões	8	990.343	378.997
Encargos com serviços e comissões	9	(495.172)	(208.217)
Outros resultados de exploração	10	(11.787)	(9.982)
Produto bancário		487.185	166.358
Custos com pessoal	11	(7.425)	(7.425)
Gastos gerais administrativos	12	(285.457)	(241.592)
Resultado antes de impostos		194.303	(82.659)
Impostos correntes	13	(15.218)	-
Impostos diferidos	13	(30.729)	87.571
Resultado Líquido do exercício		148.356	4.912
Outro rendimento integral do exercício		-	-
Total do rendimento integral do exercício		148.356	4.912
Resultado por ação		4,24	0,14

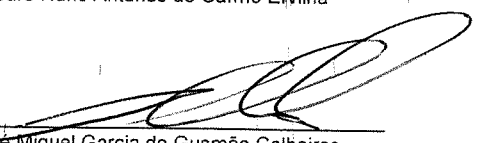
As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado


Nuno Filipe Caldinhas Simões

O Conselho de Administração


Pedro Nuno Antunes do Carmo Enilha


José Miguel Garcia de Gusmão Calheiros

BANKINTER GESTÃO DE ATIVOS, S.A.
 Matriculada na Conservatória do
 Registo Comercial sob o nº 1.528
 Pessoa Coletiva nº 502 393 610
 Capital Social : 1.745.800,00 EUROS


**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(valores expressos em Euros)


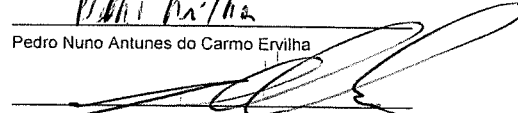
	Capital	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	1.745.800	334.674	201.414	(322.652)	1.959.236
Transferência para Resultados Transitados			(322.652)	322.652	-
Resultado líquido do exercício				4.912	4.912
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	1.745.800	334.674	(121.238)	4.912	1.964.148
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	1.745.800	334.674	(121.238)	4.912	1.964.148
Constituição de Reservas		491		(491)	-
Transferência para Resultados Transitados			4.421	(4.421)	-
Resultado líquido do exercício				148.356	148.356
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	1.745.800	335.165	(116.817)	148.356	2.112.504

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O CONTABILISTA CERTIFICADO


 Nuno Filipe Caldinhas Simões

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


 Pedro Nuno Antunes do Carmo Ervilha

 José Miguel Garcia de Gusmão Calheiros

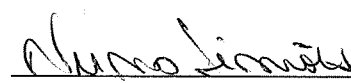
BANKINTER GESTÃO DE ATIVOS, S.A.
 Matriculada na Conservatória do
 Registo Comercial sob o nº 1.528
 Pessoa Coletiva nº 502 393 610
 Capital Social : 1.745.800,00 Euros

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

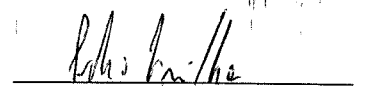
(valores expressos em euros)			
Discriminação dos Fluxos	Notas	31-dez-17	31-dez-16
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos			
Recebimentos de Juros		5.323	6.206
		5.323	6.206
Fluxos das Atividades de Investimento		5.323	6.206
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos			
Comissão de Gestão		917.544	376.181
Outros Relativos à Atividade Operacional		-	43.733
		917.544	419.914
Pagamentos			
Pagamentos a Fornecedores		(48.710)	(48.607)
Pagamentos ao Barclays Bank PLC		-	(294.043)
Pagamentos ao Bankinter S.A.		(555.762)	(225.477)
Outros Relativos à Atividade Operacional		(13.662)	(24.699)
		(618.134)	(592.826)
Fluxo das Atividades Operacionais		299.410	(172.912)
Aumento (Reduções) Caixa e seus Equivalentes		304.733	(166.706)
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	2.5	1.859.313	2.026.019
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	2.5	2.164.046	1.859.314

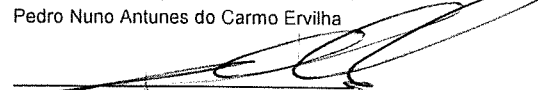
As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O CONTABILISTA CERTIFICADO


 Nuno Filipe Caldinhas Simões

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


 Pedro Nuno Antunes do Carmo Ervilha


 José Miguel Garcia de Gusmão Calheiros

BANKINTER GESTÃO DE ATIVOS, S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

INTRODUÇÃO

A Bankinter Gestão de Ativos, S.A. (Sociedade) tem por objeto a administração e gestão de fundos de investimento mobiliário e foi constituída em 25 de julho de 1990, na sequência da autorização concedida pelo Ministro das Finanças em Portaria publicada no Diário da República de 12 de julho do mesmo ano.

A Sociedade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal por força do nº1 do artigo 1º e da alínea b) do nº1 do artigo 6º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

O capital social da Sociedade, no montante de 1.745.800 euros, encontra-se integralmente realizado pelo Bankinter, S.A., sedado em Madrid (ver Nota 18).

A atividade da Sociedade, iniciada em 24 de setembro de 1990, consiste na administração e gestão dos seguintes fundos de investimento mobiliário abertos, cujo valor líquido global em 31 de dezembro de 2017 e 2016 se apresenta como segue:

	Valor líquido global	
	31.12.2017	31.12.2016
BANKINTER OBRIGAÇÕES PPR - FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA	38.197.452	27.540.907
BANKINTER 20 PPR - FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA	25.416.000	4.228.802
BANKINTER AÇÕES 55 PPR - FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA	18.633.866	7.532.692
BANKINTER 35 PPR - FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA	13.585.134	937.448
BANKINTER PPR RENDIMENTO - FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA	7.646.732	-
	<u>103.479.184</u>	<u>40.239.849</u>

Durante o ano de 2017 os 4 Fundos existentes mantiveram a sua atividade. Em setembro de 2017 o fundo Bankinter PPR Rendimento iniciou a sua atividade.

O Bankinter S.A., Sucursal em Portugal, na qualidade de Banco Depositário e Entidade Colocadora prestou os serviços de Controlo, Governance e Compliance, Desenvolvimento de Produto e Marketing, Operações, Sistemas de Informação (IT), Legal, Financeira e Fiscal, Recursos Humanos e Gestão de ativos, serviços estes formalizados num Contrato de Prestação de Serviços, entre a Sociedade e o Bankinter S.A. - Sucursal em Portugal.

NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E COMPARABILIDADE

A Sociedade Gestora está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, por força do n.º 1 do artigo 1.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Em conformidade com o artigo 2.º do Aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal, datado de 7 de dezembro, a partir de 1 de janeiro de 2016 as entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, passaram a elaborar as demonstrações financeiras em base individual de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas, a exemplo do que já era anteriormente requerido, quando aplicável, para as demonstrações financeiras em base consolidada.


No entanto, a Sociedade enquadra-se no regime transitório estabelecido no artigo 3.º do referido aviso, o qual estabelece que até 31 de dezembro de 2016, as instituições financeiras de crédito elaboram as suas demonstrações financeiras, em base individual, de acordo com as normas de contabilidade que lhes eram aplicáveis em 31 de dezembro de 2015, nos termos em que vigoravam nessa data.

As demonstrações financeiras agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivo suporte documental, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas NIC e demais disposições emitidas pelo Banco de Portugal, sendo comparáveis com as demonstrações financeiras anuais a 31 de dezembro de 2016 que foram preparadas com base nas NCA.

A Administração da Sociedade considera que a aplicação das NIC às suas demonstrações financeiras não originou impactos significativos, tendo em atenção que as NCA emitidas pelo Banco de Portugal, no que se refere às atividades desenvolvidas pela Sociedade, não apresentavam diferenças face ao previsto nas NIC.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de janeiro de 2018 e estando sujeitas à aprovação da Assembleia Geral.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NIC requer que a Sociedade efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetem a aplicação de políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativos significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 5.



NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As políticas contabilísticas e critérios valorimétricos mais significativos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

2.1 Especialização do Exercício

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu pagamento e recebimento.

2.2 Reconhecimento de rendimentos e encargos de serviços e comissões

a) Comissões de gestão e de comercialização

A Sociedade, no âmbito da atividade de gestão de fundos de investimento, debita diretamente aos Fundos comissões devidas pela gestão, sendo estas registadas na rubrica de “Rendimentos de serviços e comissões” na demonstração de resultados por contrapartida de “Outros ativos” em balanço. Estas comissões são liquidadas mensalmente e são calculadas pela aplicação de uma taxa fixa, de acordo com o respetivo regulamento de gestão, ao valor patrimonial líquido diário de cada Fundo.

A Comissão de comercialização corresponde à remuneração paga pela Sociedade ao Bankinter, S.A. - Sucursal em Portugal, enquanto entidade colocadora que comercializa as unidades de participação, sendo registada em custos na rubrica “encargos com serviços e comissões”. A comissão corresponde a 50% das comissões de gestão recebidas dos fundos geridos pela Sociedade desde 31 de março de 2016 (até então esta percentagem era de 70%).

2.3 Imposto sobre o rendimento

A Sociedade está sujeita ao regime-geral de tributação consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto nominal aprovada que, a 31 de dezembro de 2017, é de 21% sobre a matéria coletável,

acrescida da derrama municipal de 1,5%, que incide sobre o lucro tributável, e da derrama estadual quando aplicável. Estas taxas não tiveram alteração face a 2016.

Em 2018, a taxa de imposto nominal aprovada mantém-se a 21%, acrescida da derrama municipal a considerar de 1,5% bem como da derrama estadual, quando aplicável.

Os impostos diferidos são registados decorrentes das diferenças temporárias entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos que poderão dar origem ao reconhecimento de imposto diferido, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias tributáveis se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro suficientes para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.4 Reporte por segmentos

Para efeitos da apresentação da informação por segmentos:

- Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.
- Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

De acordo com o acima descrito, a Sociedade não é obrigada a apresentar reporte por segmentos, conforme referido na Nota 6.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, são considerados na rubrica de “Caixa e seus equivalentes” os valores registados no balanço de aplicações de muito curto prazo, disponíveis de imediato sem perda de valor, com maturidade inferior a 3 meses a contar da data de início das aplicações, onde se incluem, os saldos das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais”, “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, e “Aplicações em instituições de crédito”, que cumpram estas condições.

2.6 Reconhecimento de Juros

Os juros relativos a aplicações de curto prazo em outras instituições de crédito são reconhecidos no período a que dizem respeito na rubrica de “Juros e proveitos similares”, por contrapartida da respetiva rubrica do ativo, “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

NOTA 3 – NORMAS CONTABILÍSTICAS RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas adotadas em 2017 e a implementar nos anos seguintes pela União Europeia e descritas no quadro seguinte, objeto de revisões, alterações ou interpretações com aplicação obrigatória, não são relevantes nas atividades desenvolvidas pela Sociedade.

Descrição	Alteração	Data efetiva
1. Alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2017		
• IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa	Reconciliação das alterações no passivo de financiamento com os fluxos de caixa das atividades de financiamento.	1 de janeiro de 2017
• IAS 12– Imposto sobre o rendimento	Registo de impostos diferidos ativos sobre os ativos mensurados ao justo valor, o impacto das diferenças temporárias dedutíveis na estimativa dos lucros tributáveis futuros e o impacto das restrições sobre a capacidade de recuperação dos impostos diferidos ativos	1 de janeiro de 2017
2. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2018, já endossadas pela UE		
• IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Nova norma para o tratamento contabilístico de instrumentos financeiros	1 de janeiro de 2018
• IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Reconhecimento do rédito relacionado com a entrega de ativos e prestação de serviços, pela aplicação o método das 5 etapas.	1 de janeiro de 2018
• IFRS 16 - Locações	Nova definição de locação. Nova contabilização dos contratos de locação para os locatários. Não existem alterações à contabilização das locações pelos locadores.	1 de janeiro de 2019

Descrição	Alteração	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 4 – Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9) 	<p>Isenção temporária da aplicação da IFRS 9 para as seguradoras para os exercícios que se iniciem antes de 1 de janeiro de 2021.</p> <p>Regime específico para os ativos no âmbito da IFRS 4 que qualificam como ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados na IFRS 9 e como ativos financeiros ao custo amortizado na IAS 39, sendo permitida a classificação da diferença de mensuração no Outro rendimento integral</p>	1 de janeiro de 2018
<ul style="list-style-type: none"> Alterações à IFRS 15 – Rébito de contratos com clientes 	Identificação das obrigações de desempenho, momento do reconhecimento do rébito de licenças PI, revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e novos regimes para a simplificação da transição.	1 de janeiro de 2018
3. Normas (novas e alterações) e interpretações que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2018, ainda não endossadas pela UE		
3.1 – Normas		
<ul style="list-style-type: none"> Melhorias às normas 2014 - 2016 	Clarificações várias: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28	1 de janeiro de 2017 e 1 de janeiro de 2018
<ul style="list-style-type: none"> IAS 40 – Propriedades de investimentos 	Clarificação de que é exigida evidência de alteração de uso para efetuar a transferências de ativos de e para a categoria de propriedades de investimento	1 de janeiro de 2018

Descrição	Alteração	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 2 – Pagamentos baseados em ações 	Mensuração de planos de pagamentos baseados em ações liquidados financeiramente, contabilização de modificações, e a classificação dos planos de pagamentos baseados em ações como liquidados em capital próprio, quando o empregador tem a obrigação de reter imposto.	1 de janeiro de 2018
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 9 – Instrumentos financeiros 	Opções de tratamento contabilístico de ativos financeiros com compensação negativa	1 de janeiro de 2019
<ul style="list-style-type: none"> IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos 	Clarificação quanto aos investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial	1 de janeiro de 2019
<ul style="list-style-type: none"> Melhorias às normas 2015 – 2017 	Clarificações várias: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11	1 de janeiro de 2019
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 17 – Contratos de seguro 	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2021
3.2 - Interpretações		
<ul style="list-style-type: none"> IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação adiantada 	Taxa de câmbio a aplicar quando a contraprestação é recebida ou paga antecipadamente	1 de janeiro de 2018
<ul style="list-style-type: none"> IFRIC 23 – Incertezas sobre o tratamento de imposto sobre o rendimento 	Clarificação relativa à aplicação dos princípios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre o tratamento fiscal de uma transação, em sede de imposto sobre o rendimento	1 de janeiro de 2019

NOTA 4 – GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A atividade da Sociedade, dada a sua natureza, encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros que requerem a sua análise, avaliação, aceitação e gestão de um certo nível de risco ou combinações de riscos. Assumir risco é a essência da atividade financeira e o risco operacional é uma consequência inevitável desta.

No exercício da sua atividade, a Sociedade assegura o equilíbrio apropriado entre o risco que assume e o proveito da sua atividade, minimizando potenciais efeitos adversos da sua performance financeira.

A atividade desenvolvida pela Sociedade consiste na gestão de ativos de Fundos de Investimento Mobiliário.

4.1 Risco de Crédito

A Sociedade não se encontra significativamente exposta ao risco de crédito, uma vez que esta atividade não lhe é permitida. O risco de crédito é aplicável apenas às suas aplicações financeiras.

Na perspetiva da atividade dos fundos, e enquanto gestora dos mesmos, o risco de crédito dos ativos que compõem a carteira dos mesmos é avaliado de acordo com a política de investimento definida nos respetivos prospectos dos fundos.

4.2 Risco de Mercado

O risco de mercado, pelas características específicas da atividade da Sociedade e pela composição do seu balanço, não existe, não assumindo esta sociedade riscos de mercado relevantes uma vez que não é um *market maker* e não assume posições significativas em dívida emitida, ações, moeda estrangeira e outros títulos, mercadorias ou em instrumentos financeiros equivalentes, nomeadamente derivados.

O risco de mercado dos ativos sob gestão dos fundos é acompanhado através de reavaliações diárias, sendo desenvolvidos mecanismos de cobertura sempre que tal se mostre apropriado de forma a dar cumprimento às políticas de investimento de cada fundo.

4.2.1 Risco Cambial

A Sociedade detém exclusivamente ativos e passivos denominados em euros, pelo que o seu risco cambial é nulo.

O risco cambial dos ativos sob gestão dos fundos denominados em moeda estrangeira é acompanhado através de reavaliações diárias e, caso aplicável, são contratados instrumentos de cobertura de forma a dar cumprimento às políticas de investimento de cada fundo.



4.2.2 Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro associado a fluxos de caixa corresponde ao risco dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

Uma vez que os proveitos da Sociedade dependem do desempenho dos fundos por si geridos, e tendo em consideração que as alterações nas taxas de juro de mercado têm um impacto nas respetivas performances dos fundos, o risco a que a Sociedade está exposta traduz-se num impacto indireto por via da comissão de gestão que é cobrada.

4.2.3 Risco de Liquidez

A Sociedade assume deliberadamente uma posição prudente e conservadora em matéria de gestão de liquidez, procurando manter em níveis confortáveis os principais indicadores.

No que diz respeito à análise ao risco de liquidez, para além das obrigações de solvabilidade a que se encontra sujeita por força da regulamentação prudencial do Banco de Portugal, a Sociedade recorre ainda ao conceito de *Gap* de liquidez, que lhe permite o planeamento das responsabilidades de tesouraria, rentabilizando a utilização dos fundos sem provocar oscilações significativas na sua solvabilidade. Decompondo o Balanço pelos prazos de vencimento das operações ativas, obtém-se uma posição desagregada (positiva) segundo os prazos residuais de vencimento das operações.

NOTA 5 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na elaboração das demonstrações financeiras a Sociedade efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis para cada uma das circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos essencialmente no que se refere à estimativa dos impostos sobre os lucros, pois existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Sociedade, durante um período de quatro anos. Desta forma, podem eventualmente vir a ser efetuadas correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na



interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Sociedade de que não irão ocorrer correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

NOTA 6 – REPORTE POR SEGMENTOS

A Sociedade efetua o seu negócio no segmento único de Gestão de Ativos de Fundos de Investimento Mobiliário localizado exclusivamente em Portugal.

NOTA 7 – MARGEM FINANCEIRA

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 é integralmente constituído pelos juros obtidos pelas disponibilidades aplicadas no Bankinter S.A., Sucursal em Portugal. Em 31 dezembro de 2016 os juros foram originados nas aplicações mantidas junto do Barclays Bank PLC até 31 de março de 2016 (2862 euros) e do Bankinter SA, Sucursal em Portugal (2698 euros).

	2017	2016
Juros de aplicações em instituições de crédito	3.801	5.560
	3.801	5.560

NOTA 8 – RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	2017	2016
Comissão de gestão	990.343	378.997
	990.343	378.997

Compreende as comissões de gestão debitadas durante o exercício aos Fundos geridos pela Sociedade de acordo com os limites definidos nos prospets dos Fundos.

Durante o ano de 2017 foi constituído um outro fundo denominado Bankinter Rendimento PPR. Este acontecimento e o aumento do volume das AUM's justificam o aumento que se verificou de 2016 para 2017 nas comissões de gestão cobradas.

NOTA 9 – ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

	2017	2016
° Bankinter S.A., Sucursal em Portugal	495.172	142.703
° Barclays Bank PLC	-	65.514
	<u>495.172</u>	<u>208.217</u>

No primeiro trimestre de 2016 a comissão paga ao Barclays Bank PLC corresponde a 70% das comissões de gestão recebidas dos fundos geridos pela Sociedade. Entre abril e dezembro de 2016 a comissão passou a ser paga ao Bankinter S.A., Sucursal em Portugal e a percentagem alterou para 50%. Esta redução, traduziu-se numa diminuição considerável do custo que representava para a Sociedade.

O saldo que se apresenta na rubrica Bankinter S.A., Sucursal em Portugal em 2017 corresponde, na íntegra, ao valor da comissão de comercialização paga ao Banco, como referido na Nota 2.2 a).

NOTA 10 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Custos	2017	2016
° Quotizações e donativos	8.183	5.110
° Outros encargos	7.200	4.873
	<u>15.383</u>	<u>9.983</u>
Proveitos		
° Outros ganhos	3.594	1
	<u>3.594</u>	<u>1</u>
Total Outros Resultados de Exploração	<u>-11.787</u>	<u>-9.982</u>

O saldo da rubrica “outros encargos” engloba os custos suportados pela Sociedade no âmbito da atividade e das responsabilidades assumidas na gestão dos ativos relativos a recálculos de valores pouco significativos, outros encargos, multas fiscais e multas à segurança social.

NOTA 11 – CUSTOS COM PESSOAL

A Sociedade não tem colaboradores diretamente contratados. A atividade da Sociedade é assegurada pelos serviços prestados pelo Bankinter S.A., Sucursal em Portugal, ao abrigo de contratos de Prestação de Serviços entre a BKGA e as partes, sendo os respetivos débitos registados em “outros gastos administrativos”.

Sem prejuízo do referido no parágrafo anterior, a Sociedade tem custos com Pessoal relativos ao membro Independente da Administração, sendo este o único colaborador contratado (as remunerações estão mencionadas na Nota 21), em cumprimento do disposto no art.º 75º da lei 16/2015, de 24 de fevereiro. Para os restantes serviços a Sociedade continua a não ter qualquer pessoal diretamente contratado, sendo atualmente a sua atividade assegurada pelo contrato acima mencionado (ver Nota 12).

NOTA 12 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

	2017	2016
° Serviços especializados - Bankinter S.A., Sucursal em Portugal	189.732	100.801
° Serviços especializados - Barclays Bank PLC	-	104.718
° Serviços especializados - Honorários	34.077	33.850
° Serviços especializados - Bloomberg	15.500	-
° Serviços especializados - Manpower	9.717	-
° Publicidade	2.993	750
° Rendas - Bankinter S.A., Sucursal em Portugal	9.519	-
° Outros	23.919	1.473
	<u>285.457</u>	<u>241.592</u>

A rubrica de serviços especializados – Bankinter S.A. e Barclays Bank PLC correspondem aos custos cobrados por estas entidades no âmbito da prestação de serviços de Controlo, *Governance* e *Compliance*, Desenvolvimento de Produto e Marketing, Operações, Sistemas de Informação (IT), *Legal*, Financeiro e Fiscal, Recursos Humanos e Gestão de Ativos (ver nota introdutória).

A rubrica Serviços especializados – Honorários, inclui o custo com a auditoria anual de 2017 da Sociedade e os outros serviços requeridos pela regulamentação no âmbito do sistema de controlo interno.

Os gastos com publicidade repartem-se por duas rubricas: publicidade obrigatória referente ao pagamento da publicidade efetuada no site do Banco de Portugal (BPnet) e os gastos com edição de publicações refere-se ao vídeo-audio (vídeo publicitário sobre a gestão dos fundos).

A rubrica Outros representa gastos relacionados com formação, desenvolvimentos informáticos e despesas legais.

NOTA 13 – IMPOSTOS

A estimativa de imposto corrente sobre os lucros e o imposto a pagar pela Sociedade relativamente aos exercícios de 2017 e 2016 analisa-se como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro contabilístico antes de imposto	194.303	-82.659
Custos não dedutíveis	802	4.576
Outros		
Lucro tributável \ (prejuízo para efeitos fiscais)	<u>195.105</u>	<u>-78.083</u>
Estimativa de imposto sobre os lucros	15.218	-
Pagamentos por conta efectuados	-	-
IRC a pagar/(recuperar)	<u>15.218</u>	<u>-</u>
Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico	<u>7,8%</u>	<u>0,0%</u>

Em 2016 a Sociedade apurou prejuízo fiscal, em 2017 não houve lugar a pagamentos por conta. Os pagamentos especiais por conta registados em ativos por impostos correntes num total de 2.971 euros são referentes a pagamentos efetuados nos anos de 2015 (1.522 euros) e 2017 (1.449 euros).

Em 2017 a Sociedade apurou um Resultado antes de imposto de 194.303 euros, tendo sido estimado um lucro tributável no valor de 195.105 euros.

Considerando o lucro tributável estimado para o exercício de 2017 foram utilizados 30.729 euros dos ativos por impostos diferidos referentes aos prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2015 e 2016. Face ao exposto, o montante dos ativos por impostos diferidos a 31 de dezembro de 2017 ascendem a 56.842 euros, estando disponíveis para dedução ao lucro tributável durante 12 anos.

NOTA 14 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
° Depósitos à ordem no Bankinter S.A., Sucursal em Portugal	664.046	109.313
	<u>664.046</u>	<u>109.313</u>

A 31 de dezembro de 2017 à semelhança do que aconteceu no final do ano anterior, a conta de depósitos à ordem não tem qualquer remuneração dada a redução das taxas de juro.

NOTA 15 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
° Aplicações em OIC - Depósito a Prazo	1.501.176	1.752.698
	<u>1.501.176</u>	<u>1.752.698</u>

A 19 de julho de 2017 foi constituído um depósito a prazo, com duração de 6 meses, remunerado a 0,17% (Taxa de juro nominal bruta). O valor indicado inclui o acréscimo relativo ao pagamento de juros, no valor de 1.176 euros.

NOTA 16 – OUTROS ATIVOS

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Rendimentos a receber		
° Comissão de Gestão dos Fundos	108.854	36.055
Outros rendimentos a receber	5.119	5.119
Diferimentos de gastos	4.843	-
	<u>118.816</u>	<u>41.174</u>

As comissões de gestão correspondem às comissões a receber dos Fundos relativas ao mês de dezembro.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

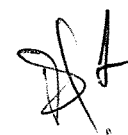
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Encargos a pagar		
° Bankinter S.A. - SLA	114.269	-
° Bankinter S.A. - Comissão de gestão	54.427	18.027
Outros encargos a pagar	18.441	10.103
Acréscimos de gastos	28.992	-
	<u>216.129</u>	<u>28.130</u>

Os encargos a pagar ao Bankinter S.A. de 114.269 euros referem-se aos serviços ao abrigo do “Service Level Agreement” do segundo semestre de 2017 (excluindo-se o IVA).

Os encargos a pagar ao Bankinter S.A. referem-se ao pagamento de 50% da comissão de gestão de dezembro de 2017.

A rubrica de outros encargos a pagar refere-se à retenção na fonte sobre rendimentos de capitais e prediais a pagar em janeiro de 2018, Segurança Social e IVA a pagar no mês de janeiro de 2018, à mensualização dos custos de auditoria do ano corrente ainda não faturados e um acréscimo para a formação do Instituto de Formação Bancária.

Os acréscimos de gastos referem-se a custos do quarto trimestre de 2017 ainda não faturados, em particular custos que a Sociedade passou a suportar diretamente, fora do âmbito do contrato de prestação de serviços com o Bankinter S.A., nomeadamente custos com o sistema Bloomberg e Manpower.

Behs


NOTA 18 – CAPITAL

A 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o capital social da Sociedade está representado por 35 mil ações nominativas com o valor nominal de 49,88 euros cada, sendo detido na totalidade pelo Bankinter S.A..

Em 31 de dezembro de 2017 o valor global dos fundos geridos pela Sociedade era de 103.479.184 euros.

De acordo com o disposto na Lei nº16/2015 de 24 de fevereiro, a Sociedade é obrigada a constituir um montante suplementar de fundos próprios igual a 0,02% do montante em que o valor líquido global das carteiras sob gestão exceda os 250 milhões de euros. Dado que a Bankinter Gestão de Ativos gere valores totais inferiores a 250 milhões de euros, não é requerido qualquer reforço dos fundos próprios.

NOTA 19 – RESERVAS DE REAVALIAÇÃO E OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

	Outras reservas e Resultados transitados		
	Reserva legal	Outras reservas e Resultados transitados	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	334.674	201.414	536.088
Alterações de justo valor	-	-	-
Constituição de reservas e resultados transitados	-	(322.652)	(322.652)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	334.674	(121.238)	213.436
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	334.674	(121.238)	213.436
Alterações de justo valor	-	-	-
Constituição de reservas e resultados transitados	491	4.421	4.912
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	335.165	(116.817)	218.348

Os movimentos registados em 2016 e 2017 correspondem na íntegra aos decorrentes da aplicação de resultados de 2015 e 2016 aprovadas em assembleia geral.

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. O Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (Artigo nº 97 do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente

creditada com pelo menos em 10% do lucro líquido anual, até um limite igual ao valor de capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor dos saldos e transações do Bankinter Gestão de Ativos, S.A. com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são apresentados conforme se segue:

	31.12.2017	31.12.2016
	Bankinter, S.A.	Bankinter, S.A
Balanço		
Activo		
Disponibilidades em outras IC's (ver nota 14)	664.046	109.313
Aplicações em IC's (ver nota 15)	1.500.000	1.750.000
Acréscimos de juros (ver nota 15)	1.176	2.698
Total Activo	2.165.222	1.862.011
Passivo		
Outros passivos (ver nota 17)	168.696	28.130
Total Passivo	168.696	28.130
Demonstração de resultados		
Juros e rendimentos similares (ver nota 7)	3.801	2.698
Encargos com serviços e comissões (ver Nota 9)	-495.172	-142.703
Gastos Gerais administrativos (ver Nota 12)	-199.251	-100.801
Total	-690.622	-240.806

Durante o ano de 2016, os montantes referidos na Demonstração de Resultados são relativos ao período de abril a dezembro de 2016, tendo em atenção que a Sociedade passou para o Grupo Bankinter, S.A. a partir de 1 de abril de 2016, tendo mantido até esta data transações com a anterior acionista e entidades relacionadas do Grupo Barclays Bank Plc.

NOTA 21 – REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

A presente divulgação é incluída para dar cumprimento ao disposto no art.º 3º da Lei 28/2009, de 19 de junho e no art.º 17º do Aviso do Banco de Portugal nº 10/2011, de 29 de dezembro, na parte que se refere à divulgação do montante anual de remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

Em cumprimento do disposto no art.º 17º do Aviso 10/2011 do Banco de Portugal, é divulgada de forma individualizada a informação relativa aos órgãos de administração (nº2 do art.º 17º do referido Aviso):

Órgãos de Administração	31.12.2017		31.12.2016	
	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Rendimento Fixo	Rendimento Variável
Marcos Manuel Guimarães de Sousa Guedes	6.000	-	6.000	-
Órgãos de Fiscalização				
Price WaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda.	31.12.2017		31.12.2016	
	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Rendimento Fixo	Rendimento Variável
Serviços de revisão legal	13.100	-	3.050	-
Serviços regulatórios	6.000	-	20.000	-
Total	19.100		23.050	

Os valores encontram-se apresentados sem IVA.

Conforme mencionado na Nota 11, os únicos custos com pessoal que a Sociedade passou a ter são apenas relativos ao membro independente da Administração. Os restantes custos advindos do Contrato de Prestação de Serviços celebrado com o Bankinter S.A. – Sucursal em Portugal estão refletidos na Nota 11.

NOTA 22 – GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

Tendo em conta a natureza da atividade da Sociedade, em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa.

Os riscos incorridos pela Sociedade são essencialmente de natureza legal e operacional, concretamente no que respeita a aspetos regulamentares. Os restantes riscos (risco de crédito, liquidez, contraparte e taxa de juro) situam-se na esfera de atividade dos fundos/carteiras geridos pela Sociedade.

As funções de *Governance e Compliance*, Risco e Auditoria Interna são asseguradas pelos Departamentos de *Governance e Compliance*, Risco e Auditoria Interna. O Departamento é responsável pelas funções de supervisão e controlo das atividades de intermediação financeira exercida pela Sociedade, prestando informação ao Conselho de Administração sobre quaisquer situações detetadas, sendo o seu principal objetivo aprofundar o controlo e monitorização dos riscos associados às atividades da Sociedade.

NOTA 23 – JUSTO VALOR DE ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros que se encontram registados no Balanço da Sociedade ao custo amortizado são as disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito constituídas

por depósitos à ordem e um depósito a prazo, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando os prazos curtos associados a estes ativos financeiros.

NOTA 24 – CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras da Bankinter Gestão de Ativos, S.A. são consolidadas pelo Bankinter S.A., com sede social em Paseo de la Castellana, nº 29, 28046, Madrid, Espanha que detém 100% do capital da Sociedade.

NOTA 25 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A partir de janeiro de 2018 a Bankinter Gestão de Ativos, S.A. alargou o âmbito da sua atividade passando a prestar serviços de gestão de carteiras por conta de clientes encontrando-se registada para o efeito junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

- : - : - : - : - : -



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Bankinter Gestão de Ativos, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 2.343.851 euros e um total de capital próprio de 2.112.504 euros, incluindo um resultado líquido de 148.356 euros), a demonstração dos resultados e outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Bankinter Gestão de Ativos, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 dos fundos de investimento mobiliário (“Fundos”), por cuja gestão a Entidade era responsável àquela data, foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que oportunamente emitiu os respetivos Relatórios de Auditoria (“Relatórios”) sem reservas. Nas circunstâncias, salientamos que a nossa análise do potencial impacto para as demonstrações financeiras da Entidade de eventuais ocorrências ao nível dos Fundos, baseou-se nas informações obtidas do órgão de gestão da Entidade, na qualidade de sociedade gestora, e dos auditores dos Fundos, assim como na análise dos Relatórios por estes emitidos.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

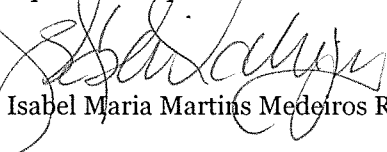
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

27 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues, R.O.C.



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da Bankinter Gestão de Ativos, S.A. (a Entidade) relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Entidade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Entidade e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o balanço, a demonstração dos resultados e outro rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas explicativas permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Entidade, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Entidade evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

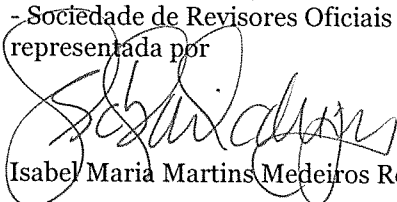
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Entidade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

27 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por



Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues, R.O.C.